



Subsídios à leitura do romance

DER PROCESS de FRANZ KAFKA

(Desenvolvimento da pesquisa realizada no PPGF/UFRJ)

Uma chave jurídica de acesso

1. Introdução

A pesquisa sobre Kafka e sua obra, sob a valiosa orientação do saudoso Professor AQUILES CÔRTEZ GUIMARÃES, foi centrada em *Der Process* (*O Processo*), com abordagem fenomenológica. Concretizou-se uma leitura lastreada nos aspectos jurídicos embutidos no texto, vez que esses, em sua articulação com os fatos narrados, evidenciam os questionamentos filosóficos induzidos pela obra.

Der Process (O Processo) retrata um momento significativo na vida do cidadão: ser demandado perante a Justiça. Kafka descreve a submissão ao processo, bem como as peripécias que essa situação envolve, de forma universal. A narrativa engloba situações jurídico-processuais, aspectos sociais e psicológicos; mantendo, até o final, o leitor em estado de ignorância sobre os fatos e fundamentos do processo, a culpa de Josef K., o tempo e o lugar dos acontecimentos.

É uma obra que causa sensações impactantes, sobretudo pela atmosfera de violência sistêmica, que permanecem na memória. A literatura atuando em conjunto com a filosofia possibilita que o leitor, ao vivenciar a personagem principal Josef K., efetue uma reflexão ética sobre o cotidiano de um acusado, as dificuldades que lhe são impostas. As agruras relatadas, experienciadas na união entre aporia e sofrimento, revelam a sua essência de sofisma teratológico, as quais, de tão intensas, levaram ao estabelecimento do adjetivo **kafkiano**, pela injustiça que contêm.

Por esse prisma, identifica-se a coerência da narrativa como romance, cujo transcurso desvela a conspiração contra K., possibilitando identificar o crime contra ele cometido.

O romance se inicia com a perplexidade de K. com a própria 'prisão processual', nas primeiras horas do dia, sem que nada tivesse feito para ter contra si decretada medida tão drástica.

No entanto, para conduzir o leitor a apreender os níveis mais fluidos das relações envolvidas na trama, Kafka não revela o delito, nem esclarece se algum crime foi praticado, que justificasse a prisão de K..

Essa estratégia narrativa leva o leitor a interpretar a obra e as situações nela apresentadas como absurdas; contudo, acaso Kafka tivesse especificado os tipos penais, as condutas cometidas e procedimentos legais que se

aplicariam a esses, haveria uma datação no romance, a subtrair seu caráter universal. Além disso, iniciar-se-iam as infinitas discussões jurídicas sobre correção, acerto ou não da aplicação de dispositivos, medidas e institutos, o que impediria o questionamento filosófico em sentido amplo, sobre a injustiça.

Some-se a isso o fato de que a legislação, seja penal, seja de processo penal, no espaço-tempo, sofre alteração, vez que as leis decorrem de uma construção social em permanente atualização; assim, se no romance fossem indicadas normas, o texto teria sua análise vinculada a um conjunto de regência particular, desfigurando o caráter universal dos temas versados.

Kafka se referiu, desde o nascedouro, ao romance como *Processo*; esse fato é indicativo de que o foco da narrativa consiste no processo e seus procedimentos, bem como os efeitos deletérios.

Se Kafka tivesse enunciado o crime imputado a K., a discussão dos leitores seria restrita a esse crime, elemento do tipo do crime de calúnia, e não ao efetivo crime do qual K. foi vítima e do respectivo desenrolar processual, daí advindo.

Em que pese a respeitabilidade dos entendimentos em sentido contrário, o fato é que no romance não há qualquer afirmação no sentido de que K. seja culpado, tampouco identifica-se qualquer conduta infracional que tenha praticado ou conduta contrária às leis.

A análise, baseada tão somente na acepção jurídica dos termos empregados, não permite a percepção mais ampla do conteúdo discutido no romance, o que se viabiliza através do método fenomenológico, criado por Husserl, e de técnicas metodológicas da ciência do direito, dentre elas, do estudo histórico-comparado. A filosofia permite o acesso ao sentido do injusto, com o que se desvela o texto em sua essência.

Identificou-se, em sequência, que os termos jurídicos empregados no romance estão presentes no sistema jurídico da época e, mais do que isso, se mostram adequados àquele contexto delineado.

Na investigação, não se partiu de outras obras interpretativas do romance, mas procurou-se desenvolver uma leitura própria, pelo estudo direto do original da obra em alemão, nos manuscritos de Kafka, em especial dos conceitos de *Verläumdung* (calúnia), *Process* (processo) e *Verfahren* (procedimento), tal como empregados na legislação austríaca, de direito penal e processo penal, da época. A tradução de Modesto Carone¹ muito contribuiu nessa empreitada.

Kafka **utiliza a grafia, termos e procedimentos** de forma a retratar conteúdos e situações, que se apresentam distorcidos quando olhados em sua superfície, fazendo com que o fundo da questão reste intocado. Até mesmo porque tais situações estão refletindo as polêmicas jurídico-sistêmicas de seu tempo. Consegue o autor elaborar a discussão de um processo universal e atemporal, tanto que a obra é de extrema atualidade, bem como a perspectiva quanto às questões do processo, da justiça, da opressão, do injusto, da corrupção e do Poder Judiciário, trazendo à baila o debate sobre a garantia dos direitos e das liberdades.

Através de sua narrativa, Kafka impele o leitor a realizar esses questionamentos e a pensar sobre problemas que dizem respeito a todo cidadão. Pode-se considerar que Kafka elaborou uma nova maiêutica. Não se trata de uma obra do absurdo, mas ela demonstra a absurdidade do real e a importância da permanente luta pela manutenção e preservação de garantias e direitos. Kafka demonstra que a solução, para um ambiente perverso e corrupto, é a assunção de um processo que corresponda às leis, pois não basta a elaboração de boas leis se a aplicação dessas é desvirtuada no procedimento.

¹ KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

Elabora-se, nesse contexto, uma reflexão filosófica através do livro ***Der Process (O Processo)*** na perspectiva da condição humana, na articulação dos homens entre si, com uma leitura crítica, com fundamento no aspecto jurídico de suas fontes e referências, indagando os sentidos do e no texto.

2. Uma leitura

Kafka, através de seu estilo literário e do desenvolvimento das narrativas, instiga o leitor a pensar filosoficamente sobre aspectos essenciais da natureza humana. A partir dessa concepção, não se realizou a leitura de Kafka à luz de determinado filósofo, mas a leitura filosófica de Kafka; mais do que isso, privilegia-se a narrativa existente no romance e a sua construção, tomando como **tema central o processo, não a história individual do processo de Josef K., mas processo, instrumento público como forma de resolução de contendas**, tal como a sociedade o elegeu, retirando do indivíduo a possibilidade de decidir divergências por seus próprios meios e forças.

Kafka contextualiza o *processo* na sociedade e concentra, em uma única narrativa, toda uma série de obstáculos e abusos, tornando rotineiras as eventuais adversidades que, embora não sejam esperadas por aqueles que são submetidos ao poder judiciário, sobrevêm.

A sucessão e mesmo simultaneidade de eventos possibilita a que a obra seja tida como fantasiosa e retrato do absurdo, quando o que se tem é apenas o exagero e conjunção de diversas situações, as quais em tese, não se imagina que possam acontecer com um único indivíduo e em um único processo. No entanto, individualmente considerado, cada evento é crível; absurda é a possibilidade de que algum deles possa acontecer, o que demonstra a fragilidade das garantias do jurisdicionado, em flagrante violação do sistema processual. Kafka quer chamar a atenção para a problemática elaborada no texto e leva o indivíduo, como cidadão,

não só a pensar, mas a experienciar o injusto, suscitando em cada um a noção de justo, de injusto, para que a partir daí, indivíduo e conjunto social, possam ponderar e atuar para o aprimoramento do sistema.

Kafka viveu uma época de intensa ebulição doutrinária no direito, determinante do rumo dos sistemas jurídicos, o que ele trouxe para o romance. A obra continua atual, após cem anos, também em razão desse conteúdo. Além disso, ela é um excelente meio para visualizar a trajetória realizada, possibilitando a avaliação crítica dos resultados. A partir disso, pode-se delinear para onde se quer ir e o que fazer para alcançar as novas metas, que possam vir a ser estabelecidas. Verifica-se que, independentemente do país e do sistema jurídico adotado, muitas das situações relatadas podem acontecer, o que torna premente repensar o sistema e tentar achar soluções. De qualquer sorte, mesmo aqueles que acreditam pertencer a sistemas imunes aos problemas relatados, sustentam ser necessário um estado de alerta constante para que as garantias sejam asseguradas.

Deste modo, a chave a ser utilizada para a leitura prioriza os aspectos jurídicos e a história narrada, encontrando coerência na evolução do texto como romance, o que é desconsiderado por muitos de seus intérpretes. Por outro lado, essa leitura não descaracteriza as infinitas interpretações realizadas por especialistas de outras áreas; a partir disso, pode-se pensar e analisar a obra em perspectivas diferenciadas, em função da inteligência, capacidade e vasto conhecimento do próprio Kafka, que embute em cada detalhe da obra inúmeros significados.

3 – Os nomes e suas simbologias

Diversos autores encontram simbologias na escolha dos nomes das personagens do romance; indicam como exemplo os funcionários do banco que

acompanharam a prisão, um tcheco, um judeu e um alemão, representantes da confluência dos principais povos que habitavam Praga.

Percebe-se que um único estudo não tem como dar conta da complexidade dos sentidos existentes em **Der Process (O Processo)** e nas obras de Kafka, por exemplo, o próprio nome escolhido por Kafka para se referir ao projeto da obra, em seus diários, tão logo começou a elaborá-lo, e que ao final restou fixado, guarda um aspecto de confluência simbólica: o autor escrevia suas obras em alemão e escolheu a acepção jurídica da palavra *processo*, o que lhe permitiu aproximar dois idiomas praguenses, por intermédio da origem latina comum: *processus*. Kafka utilizou do alemão a grafia **Process**², que se distingue da grafia tcheca **Proces**³ apenas pela letra 's' final.

Ainda que a abordagem se concentre nos aspectos jurídicos, merecem destaque as indicações que o próprio Kafka fornece para a leitura nos múltiplos detalhes. É como se o intérprete estivesse a cada passo em encruzilhadas, sendo difícil adotar uma rota, pois nunca sabe qual é a correta. Não se trata de uma rota, uma única chave de leitura; são inúmeras as linhas de investigação e como mencionado acima, dentre as possibilidades, deve-se dar especial atenção aos nomes eleitos.

A multiplicidade de significados que se identifica em cada nome escolhido é uma constante nas obras de Kafka e os sentidos aqui encontrados não descaracterizam outros já apontados, nem se teria a pretensão de abarcar a totalidade do inscrito. Ao contrário, chama-se a atenção para o fato de que os nomes denotam uma amplitude de conteúdo incrustada em cada detalhe da obra de Kafka.

Nesse diapasão, lembre-se que Josef é a versão em hebraico de José, sendo José do Egito o décimo primeiro filho de Jacob, retratado no Antigo

² KAFKA, Franz. **Der Process. (Historisch-Kritische Ausgabe sämtlicher Handschriften, Drucke und Typoskripte) Faksimilenachdruck**. Frankfurt am Main: Stroemfeld Verlag, 1997.

³ KAFKA, Franz. **Proces**. Praga: Omega. 2014.

Testamento, no livro de Gênesis. Ele, escravo, foi vítima de denúncia caluniosa pela mulher de seu senhor. Através do nome, Kafka indica o caminho para a leitura, caminho esse da **denúncia caluniosa** e não o da calúnia, como anteriormente identificado por outros autores.

A importância dos nomes escolhidos foi ressaltada por Davide Stimilli, que ao analisar **Das Schloss (O Castelo)** já havia remarcado:

*Questi fremde Namen sono
i nomi degli dei e dei pastori, che sentiamo chiamare nei templi o sui prati e sui monti! Non
potremmo riconoscerli altrimenti, e sarebbe tutto sottosopra.
In realtà non abbiamo nomi... (Kassner, Der Tod und die Maske cit., p. 320)*

*Si noti come questo giuoco linguistico corrisponda in toto all'uso invalso nel
Castello: come la critica kafkiana ha rilevato, provandosi peraltro fino al grottesco
in esercizi interpretativi degni di miglior esito, i nomi dei personaggi del romanzo
rivelano insospettati tesori etimologici (come nel caso di Klamm), quando non sono
tratti di peso dalla terminologia mitica (come Momus), da quella biblica (come
Jeremias) o cavalleresca (come Artur); ma nella adozione di questi nomi, al di là
delle possibili associazioni evocate dalla loro origine, si realizza piuttosto l'ironico
rovesciamento dell'essenziale nel meramente arbitrario: estratti a forza dal loro
contesto, essi diventano strumenti di un giuoco linguistico analogo a quello
praticato dai fauni di Kassner, in cui il nome viene liberato da ogni legame magico
con l'oggetto che designa e svolge una semplice funzione identificatrice. Alla
convenzionalità si unisce comunque la necessità del riferimento: la somiglianza tra
i nomi dei due funzionari, Sordini e Sortini, non accenna a un'identità dei supposti
due funzionari, ma ne afferma piuttosto la necessaria distinzione: come potrebbe
darsi, difatti, all'interno di un sistema in cui l'errore è escluso, un nome privo di
riferimento? ⁴*

Estes nomes estranhos são
os nomes dos deuses e dos pastores, que ouvimos chamar nos templos ou
nos prados e nas montanhas! Não poderíamos reconhecê-los de outra
forma, e seria tudo de cabeça para baixo. Em realidade, não temos nomes
... (Kassner, Der Tod und die Maske cit., p. 320).

Observe como este jogo de linguagem corresponde no todo, ao uso estabelecido no Castelo: como a crítica kafkiana assinalou, provando-se experimentando-se, aliás, do apurado até o grotesco, em exercícios de interpretação dignos de melhor resultado, os nomes das personagens do romance revelam insuspeitos tesouros etimológicos (como no caso de Klamm), quando eles não forem tomados da terminologia mítica (como Momus), da bíblica (como Jeremias) ou cavaleiresca (como Artur); mas na adoção desses nomes, há as possíveis associações evocadas por sua origem, se realiza mais a inversão irônica do essencial no meramente arbitrário: extrai a força do seu contexto, tornam-se instrumentos de um

⁴ STIMILLI, Davide, **Fisionomia di Kafka**, Torino: Bollati Boringhieri, 2001, p.38

jogo de linguagem semelhante ao praticado pelos faunos de Kassner, em que o nome é liberto de todo vínculo mágico com o objeto que designa e desenvolve uma simples função identificadora. À convenção se associa a necessidade de referência: a semelhança entre os nomes de dois funcionários, Sordini e Sortini, não encaminha para uma identidade dos supostos dois funcionários, mas afirma a distinção necessária: como poderia ser, de fato, dentro de um sistema em que o erro é excluído, um nome desprovido de referência? (tradução livre)

Der Process (O Processo) como obra literária é largamente discutido e analisado por diversos aspectos e prismas, em estudos literários, religiosos, teológicos, de psicologia, dentre outros. Ela causou impacto desde a publicação de sua primeira edição e pode-se dizer que é uma das obras, juntamente com outras de Kafka, que gerou inúmeras de interpretações díspares no último século, nas mais diversas línguas. O interesse que desperta se deve, em parte, ao fato de ser um romance inacabado; ‘aberto’, segundo alguns, o que é diferente ‘de ser complementado’ pelo intérprete. A linha interpretativa adotada nessa investigação respeita a literalidade do texto.

4 – A significação do processo

Em que pesem as diversas abordagens realizadas na interpretação de **Der Process (O Processo)**, o enfoque que se propõe não é definitivo, apenas pretende abrir novos caminhos na leitura e compreensão da obra.

Objetiva-se prestigiar aquilo que o autor adotou como questão permanente ao longo do romance, qual seja o desenrolar do ‘PROCESSO’ judicial ao qual foi submetido Josef K. e, a partir daí, todas as questões tratadas nesse entorno. Repita-se é uma leitura arrimada na dimensão jurídica, extraindo-se desse suporte a linha traçada na história e as questões daí advindas. É importante, então, salientar que tal se dá de dentro para fora, ou seja, identificado cada aspecto jurídico, esse foi estudado à luz do direito e da legislação da época de Kafka, da

Alemanha e da Áustria, considerados capítulos e seções dos Códigos Penal e de Processo Penal austríacos em vigor quando da redação do romance.

Assume dimensão especial o estudo da língua e da grafia germânicas de pelo menos dois dos principais vocábulos que norteiam a trama. Não se foi além da obra e procurou-se respeitar o escrito. Entretanto, as hipóteses conclusivas, embora não estejam efetivamente escritas, guardam sintonia com linhas de raciocínio que surgem da literalidade do texto.

Como dito, desenvolveu-se uma leitura através do estudo direto do original da obra em alemão, nos manuscritos de Kafka; todavia, a análise técnico-teórica partiu das primeiras sensações e impacto causados pela leitura inicial do romance; o papel da intuição é fundamental, cabendo, nessa perspectiva, fazer da intuição um critério de evidência interna, norteador da validade.

A análise fenomenológica deriva da experiência dessa leitura, sem procurar pela coerência interna do texto. No entanto, essa experiência não pode ser definitiva, o que impediria o acesso a significados mais profundos.

Reafirme-se que a interpretação tem origem no próprio texto, mas, com o exercício prático da fenomenologia, o romance não fica fechado nele mesmo, nem se mantém completo; de fato, o romance atua como um suporte provisório, a partir do qual se poderá alcançar sentidos ocultos.

É fundamental, na leitura de Kafka e em especial de *Der Process*, que se suspenda o primeiro sentido que aparece ao espírito, esse sim desorientado pela construção labiríntica da narrativa, turvado pela absurdidade comportamental. Assim, o sentido inicial deve ser colocado dentro de parênteses, tomá-lo como permanente, no grau de verdadeira compreensão, é uma atitude ingênua de adesão ao aparente.

Em sequência, é necessária a interrogação sobre o sentido, na permanente busca pela apreensão do sentido autêntico.

De certa forma, mesmo aqueles que não utilizam o método fenomenológico, se deparam com a impossibilidade da fixação de um sentido definitivo para a obra; esse fato decorre do caráter universal do tema e da complexa composição do enredo constituído de eventos imbricados e trespassados por questões universais. O turbilhão de circunstâncias preserva aceso o interesse e leva à multiplicidade de interpretações, mesmo que já decorridos cem anos.

Ressalte-se que a leitura de ***Der Process (O Processo)***, com base unicamente nos aspectos jurídicos, pode levar a equívocos, já que é fundamental o estabelecimento de referências contextualizadas, caso contrário, uma análise isolada dos termos e institutos, que destaque inconsistências do texto, permanece na superfície, silenciosa, se recusando a discutir as questões pulsantes e latentes no texto.

Por outro lado, exigir um encadeamento lógico no processo, referenciado em legislação processual, desconsidera o propósito atemporal da escrita. A utilização da legislação vigente à época permite a compreensão dos termos empregados por Kafka, em sua singularidade, e, tomados esses como referência, pode-se realizar a análise interpretativa, com a abordagem dos inúmeros temas que orbitam em torno do processo e seus procedimentos.

O exposto acima demonstra a importância da leitura de ***Der Process (O Processo)*** ser amparada pela filosofia, de forma a que, instrumentalizada, essa se mantenha aberta a todos os sentidos advindos do texto, não restando limitada ao campo jurídico, com sua terminologia hermética, o qual, por insulado, não tem aptidão para impor a apreensão dos sentidos. A interpretação através do campo jurídico é uma porta de acesso, mas deve ser realizada em conjunto com outras ciências.

Kafka não se referiu ao curso de um *processo* específico, mas conhecedor de todo o sistema judicial, utilizou sua principal figura, o *processo*, para transmitir ao leitor a dinâmica do que se estava discutindo à época, como modificações do sistema jurídico e diferenças entre o sistema austríaco e alemão.

Percebe-se, inclusive, que Kafka foi além, demonstrou a insuficiência permanente das inovações discutidas para fazer frente às demandas práticas e existenciais decorrentes da vivência nos processos por seus atores. A sociedade, quando transfere ao Estado o poder-dever de solucionar conflitos, espera o efetivo cumprimento da missão.

Assim, a interpretação que se limita a olhar para a terminologia jurídica e afirma, que a forma com que foi empregado determinado termo não corresponde à sua previsão legal hoje, já resta carente e ela mesma uma caricatura. A análise jurídica parte do direito vigente à época, com a inserção do termo naquele contexto, para identificar as verdadeiras temáticas suscitadas.

Kafka desperta o espanto em cada um, a fim de que o leitor possa vasculhar seus preconceitos e conceitos do injusto, bem como a sua expectativa sobre a aplicação da justiça.

Não basta uma análise da lei penal e processual penal da época e a evolução que elas marcaram. Deve-se considerar que tal análise muito ilustra o uso do direito feito por Kafka, para se levar ao questionamento maior, de como a lei, tal qual aplicada por seres humanos, deixa de ser o ideal idealizado, para se transformar em mecanismo de infinitas e infindáveis injustiças, até mesmo porque, a capacidade do ser humano de exercício da perversidade e crueldade é incomensurável. Kafka, em outras obras, trabalha essa questão, inclusive, ***In der Strafkolonie (Na Colônia Penal)***, na qual desenvolve a potencialização da barbárie e da truculência na dimensão coletiva.

A abordagem por intermédio do jurídico é a chave de acesso à obra, não um fim em si mesmo, mas sem esse componente, a obra cai num vazio; é o descaminho dos sentidos, atalho para interpretá-la como a ficção do absurdo.

5 – As leis da época

A historicidade dos termos jurídicos da escrita é o ponto de partida da interpretação. Não obstante, o romance ter sido iniciado, muito provavelmente, em agosto de 1914, não há no livro registro do momento histórico no qual se desenvolve a trama, tampouco do lugar. A situação temporal e territorial poderia aclarar os institutos do processo penal existentes e utilizados na obra, contudo prejudicaria seu aspecto de universalidade.

Dessa forma, consonante com o enfoque acima, a hipótese interpretativa utiliza as leis penais e processuais penais que Kafka conheceu ao longo de sua formação, pesquisando-se fontes primárias: o **Strafgesetz** – StG (Código Penal) de 1803, com as alterações de 27 de maio de 1852; o **Strafprozeßordnung** – StPO (Código de Processo Penal) de 1873, da Áustria; o **Strafgesetzbuch** – StGB (Código Penal) de 15 de maio de 1871; o **Strafprozeßordnung** – StPO (Código de Processo Penal) de 1º de fevereiro de 1877, na Alemanha; e livros publicados que discutem os códigos que estavam em vigor à época.

A biografia do autor também foi levada em conta. Apesar de ter nascido em Praga, Kafka foi alfabetizado em alemão, antes da uniformização ortográfica de 1901, *Rechtschreibung der Deutschen Sprache* (Ortografia da língua alemã), mesmo ano em que ingressou na universidade.

Kafka transita entre os vários estágios da língua alemã, como se vê retratado no estudo dos originais manuscritos, o que vai influenciar nos significados marchetados que cabe ao leitor desvendar.

A investigação demonstra que o autor, jurista por profissão, trouxe ao público questões que envolvem o *processo*, a prestação jurisdicional e, em última instância, a Justiça; o que não é considerado pela maior parte das interpretações.

Como salientado, entende-se que o método utilizado por Kafka pode ser considerado como uma nova maiêutica, no qual ele apresenta fatos e situações gravosas para a personagem principal e, a partir disso, induz o leitor a refletir.

Duas grandes linhas podem ser esposadas pelo leitor. Na primeira, ele se acomoda, baseado na falsa premissa, carente de racionalidade, de que o descrito é um verdadeiro absurdo e que só poderia ser criação ficcional literária de uma mente fantasiosa, não sendo necessária qualquer elaboração de ordem mais profunda.

Já na segunda, o leitor pensa por si mesmo, questionando o posto e assente; essa reflexão possibilita novos caminhos nos quais várias posições podem ser formadas sobre o ocorrido. Dentre elas a culpa de K., a justiça ou injustiça do procedimento judicial, a eticidade da conduta do advogado, a competição no ambiente de trabalho, a legitimidade do Estado para a solução dos conflitos e a opressão desse Estado. Kafka desmonta e demole um arcabouço estruturado, levando o leitor a duvidar de seu saber sobre aquelas temáticas, até porque se depara com inúmeras contradições entre o que seria o idealizado e a realidade enfrentada, até então mascarada pelas conveniências sociais e estruturas institucionais.

6 – O crime e a culpa de K.

Observa-se, dessa forma, muitas interpretações voltadas para a busca da culpa da personagem principal⁵, explicando-a de diferentes formas: culpa moral-ética e dentre essas, a culpa de não conhecer a lei; de mesmo não tendo feito mal a alguém, K. não deve ter feito algo que deveria; a culpa religiosa, em não entender a provação divina, até mesmo porque se reconhecesse sua culpa não morreria feito um cão; ainda, a culpa quanto às mulheres; culpa em relação à sociedade, ao grupo; partindo-se também para a concepção de que ninguém é inocente de todo. Essas são interpretações que não aceitam, na maioria das vezes, que Josef K., quanto ao processo ao qual é submetido, não tem culpa alguma.

Se Josef K, não cometeu crime, não pode ser condenado por ter, como ser humano, uma culpa inculpada em sua natureza.

A análise é realizada dentro da perspectiva do direito penal e do processo penal, já dentro da discussão, travada à época, sobre a punição do fato e não do autor, como era ainda na Áustria, ou seja, pode-se estar diante do maior criminoso que sabidamente cometeu as maiores atrocidades, mas se quanto ao processo ao qual está sendo submetido não for comprovada a autoria quanto àquele delito específico, além da própria materialidade e culpabilidade não há que se condená-lo, simplesmente porque ele não é uma boa pessoa. Essa era uma das alterações do sistema penal que foi realizada e muito discutida no período da formação de Kafka. A valer outro entendimento, o próximo passo será a desnecessidade de processo para qualquer condenação, pois como os adeptos dessas posições salientam, o ser humano sempre vai ter alguma culpa.

⁵ SANTOS, Adriana. Denúnciação caluniosa, Ministério Público e O Processo. Revista do Ministério Público Militar. Brasília, DF, ed.30, 2019. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/artigos/?idedicao=30> . Acesso em: 23.05.2021.

O livro foi escrito já passados alguns anos da mudança da lei, acreditando-se, inclusive, que uma das mensagens de Kafka é que mesmo realizadas alterações legislativas, muitas vezes essas não são concretizadas na prática, em razão da mentalidade de seus operadores, os quais formados sob as bases já rechaçadas, se ressentem dessas mudanças, e dentro de suas atuações se esforçam em não as aplicar e mesmo ignorá-las.

Por outro lado, há interpretações que apesar de ter Josef K. como vítima do sistema, da burocracia ou de calúnia são criticadas por não se especificar a natureza da acusação e entendem que a própria calúnia seria uma hipótese não confirmada. Para outros estar-se-ia diante de uma autoacusação falsa, cujo crime seria a calúnia, como para Agamben⁶, o que já foi tratado em artigo⁷.

Os que criticam a inocência de K. exigem, também, uma coerência entre a acusação e a condenação à morte. No entanto, Kafka em nenhum momento dá indicações do crime pelo qual Josef K. está sendo acusado, exatamente para evitar que se possa examinar o procedimento processual penal correspondente e a pena aplicada.

Conclusão

A hipótese, estruturada nos estudos que se elabora ao longo dos últimos anos, é de que se trata de um texto de essência filosófica, com novas possibilidades de leitura, que confronta o leitor e as ideias que possuía do sistema judicial, levando-o a refletir sobre todas as questões que orbitam esse sistema, para elaborar, a partir daí, uma discussão que viabilize novas concepções e soluções.

⁶ AGAMBEN, Giorgio. The work of Giorgio Agamben: Law, Literature, Life. Edinburgh: University Press, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. NUDEZ. K. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Kindle

⁷ SANTOS, Adriana. Denúnciação caluniosa, Ministério Público e O Processo. Revista do Ministério Público Militar. Brasília, DF, ed.30, 2019. Disponível em:

<https://revista.mpm.mp.br/artigos/?idedicao=30>. Acesso em: 23.05.2021.

Kafka desvela a realidade de um *processo* pervertido, que deixa indefeso o cidadão e a sociedade, dragado o primeiro em uma denúncia caluniosa e exposta a segunda à uma fragilidade estrutural. O autor possibilita a problematização ética a partir de ***Der Process (O Processo)***.

Após toda a agonia e sofrimentos vivenciados imaginar-se-ia a proposição de uma grande ruptura e, ao contrário, o que Kafka firmemente propõe como resposta, é que a solução só será encontrada, por meio do próprio *processo judicial*, mas um *processo justo*, correto, que respeite as leis e normas processuais, com vistas a aplicação do direito; um processo que não seja instrumento de injustiças e interesses espúrios. De nada adianta um direito adequado às condições sociais e temporais, se o *processo* for desvirtuado e corrompido, pelos mais variados interesses.

O cidadão/leitor vê-se afrontado pela lei e pelo aplicador dessa em minuciosa e lenta narrativa, cuidadosa e meticulosamente construída, plena de significados, rica em referências. Deslocado de seu tempo original, o texto permite, através de um estudo jurídico-linguístico-histórico, iluminar trilhas de desbravamento, a descoberta contemporânea de sentidos.

Os estudos foram realizados com base na edição fac-similada ***Der Process. (Historisch-Kritische Ausgabe sämtlicher Handschriften, Drucke und Typoskripte) Faksimilenachdruck*** de *Stroemfeld Verlag*⁸, que somente veio a público em 1997.

Essa edição histórico-crítica contém cada página manuscrita do romance em fac-símile, a qual é apresentada digitada na face oposta, respeitadas as

⁸ KAFKA, Franz. ***Der Process. (Historisch-Kritische Ausgabe sämtlicher Handschriften, Drucke und Typoskripte) Faksimilenachdruck***. Frankfurt am Main: Stroemfeld Verlag, 1997.

linhas do manuscrito, de forma a que se possa melhor entender a letra de Kafka, contendo, também um caderno de crítica elaborado por Roland Reuß.

Passados mais de vinte anos, parece não ter sido objeto de detida análise as diferenças entre essa edição e a de Max Brod⁹, o que, por certo, tem reflexos na interpretação, permitindo discernir caminhos na elaboração e desenvolvimento do drama vivido por Josef K, com foco no *processo*.

Utilizou-se, também como suporte para a leitura dos manuscritos, a tradução de Modesto Carone¹⁰, premiada por sua excelência, o que se corrobora no presente estudo, entretanto, realizou-se críticas pontuais quanto aos termos jurídicos, cuja tradução também geram impacto na interpretação e análise da obra.

O acesso aos manuscritos permitiu a elaboração de análise e interpretação da obra literária através da filosofia e do direito para demonstrar que Kafka não é autor de um absurdo impossível, mas que objetiva através de um conjunto de situações, reunidas em um único percurso processual, gerar o espanto, a indignação e o questionamento sobre a justiça e diversos valores a ela relacionados.

Nos manuscritos de Kafka conseguiu-se realizar a pesquisa em busca dos sentidos do texto, explorando os detalhes e os termos jurídicos inscritos e que sustentam o caminho percorrido.

⁹ KAFKA, Franz. *Der Prozess*. Berlin: Die Schmiede, 1925.

¹⁰ KAFKA, Franz. *O Processo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.